

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,
REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

ANA VIRGINIA FERREIRA CARMO

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES NA POLÍTICA DE
HABITAÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA: POR UMA
ABORDAGEM DAS “DINAMICAS PARTICIPATIVAS”**

Fortaleza- Ceará
2012

ANA VIRGINIA FERREIRA CARMO

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES NA POLÍTICA DE
HABITAÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA: POR UMA
ABORDAGEM DAS “DINAMICAS PARTICIPATIVAS”**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito obrigatório para obtenção do título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais com linha de formação específica em Ciências Políticas.

Orientador: Mestre Antônio Carlos Ribeiro.

Fortaleza- Ceará
2012

ANA VIRGINIA FERREIRA CARMO

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES NA POLÍTICA DE
HABITAÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA: POR UMA
ABORDAGEM DAS “DINAMICAS PARTICIPATIVAS”**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito obrigatório para obtenção do título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais com linha de formação específica em Ciências Políticas.

Aprovada em 18 de outubro de 2013.

Banca Examinadora:

Ana Maria Prestes

Maria Amélia Giovaneti

Aos camaradas que lutam cotidianamente para a libertação do jugo do capital e dedicam suas vidas na construção de uma sociedade livre e com igualdade de direitos para todos e todas, a sociedade Socialista.

A minha família,

Iniciando por minha mãe que sempre trabalhou duro para me criar com honestidade e dignidade, me transformando no que sou hoje.

Aos irmãos e parentes mais próximos que sempre me deram força e carinho.

Ao meu pai que com todas as dificuldades de relação também contribuiu para minha educação.

A minha segunda família, representada por todos os camaradas que militam comigo no Partido Comunista Revolucionário- PCR e que me ensinaram que o coletivo é superior ao indivíduo, e que conquistar um lugar ao sol sozinho não tem graça nenhuma se milhões de pessoas passam fome.

Aos meus amigos, que foi a família que escolhi que me deram carinho e amor para que conseguisse “parir essa monografia”!

Ao meu Orientador- Professor Mestre Antônio Carlos Ribeiro que teve toda paciência e dedicação para a construção deste trabalho, dedicando seu tempo e dividindo seus conhecimentos para que eu pudesse fazê-lo da forma melhor possível.

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles."

Vladimir Ilitch Lenin

Sumário

RESUMO	7
Lista de Quadros	8
Lista de siglas e abreviaturas	8
Introdução	9
Capítulo I - Os movimentos sociais e populares e suas teorias	10
1.1 - Movimentos sociais, redes de movimentos ou dinâmicas participativas?.....	17
Capítulo II - Da academia aos movimentos de moradia de Fortaleza	22
2.1. Temas e questões dos estudos recentes na academia brasileira.	22
2.2. O movimento popular e social de moradia de Fortaleza.....	27
Capítulo III – Avanços e conquistas dos movimentos sociais e populares de moradia de Fortaleza.....	33
Considerações Finais.....	39
Referências Bibliograficas	41

RESUMO

O trabalho faz uma análise sobre as teorias dos movimentos sociais, confrontando as novas teorias dos movimentos sociais e as “ideias passadas.” O problema de pesquisa aqui formulado procurou entender se as teorias dos movimentos sociais e os estudos nacionais sobre o tema permitem compreender o potencial da ação dos movimentos de moradia na cidade de Fortaleza-CE. Se por um lado, as teorias oferecem os critérios que nos ajudam a delimitar os diferentes agrupamentos de sujeitos mobilizados sob o título de movimento de moradia, por outro lado, entender como as ações desses movimentos incidem sobre as políticas públicas de habitação exigiu mobilizar a noção de dinâmica participativa. Isso porque os avanços dos movimentos sociais e populares de moradia só se concretizam mediante atuação em diversos espaços de participação formais e informais. O trabalho está alicerçado numa profunda pesquisa dos principais autores que abordam a temática relacionada, instrumentos a exemplo de livros, artigos, monografias, vídeos dentre outros instrumentos de pesquisa foram usados para elaboração e formatação do presente texto. Não só isso, a própria convivência com militantes e lideranças dos movimentos sociais de moradia de Fortaleza colaborou para tal feito.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Comparativo das teorias sobre movimentos sociais

Quadro 2 - Dimensões dos movimentos sociais de Fortaleza.

Lista de siglas e abreviaturas

CMP- CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

CONCIDADES- CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES

EOP- ESTUTURA DE OPORTUNIDADES POLITICA

FBFF- FEDERAÇÃO DE BAIROS, E FAVELAS DE FORTALEZA

FERU- FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA

HABITAFOR- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA

IPTU- IMPOSTO PREDIAL E TERRITÓRIAL URBANO

ISSQN- LEI DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA

ITBI- IMPOSTO SOBRE TRASMISSÃO DE BENS E IMÓVEIS

MCP- MOVIMENTO DOS CONSELHOS HABITACIONAIS

MLB- MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS E FAVELAS

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

NUHAB- NÚCLEO DE HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE

OP- ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

PMCMV- PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

TNMS- TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

TPP- TEORIA DO PROCESSO POLITICO

TRM- TEORIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

UNMP- UNIÃO ESTADUAL DE MORADIA POPULAR

ZEIS- ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Introdução

Após longos anos de democracia tolhida no Brasil pelo Regime Militar Brasileiro, muitas foram às lutas sociais que aconteceram para que esse sistema fosse derrotado e finalmente a democracia pudesse surgir como estado de direito para os brasileiros.

Assim dentro do processo de redemocratização do Brasil, os movimentos sociais e populares tiveram e ainda têm papel fundamental no que se refere luta pelos direitos sociais e humanos. Atuando enquanto vanguarda com outros setores da sociedade civil organizada os movimentos sociais ao longo da História mostraram ser peças fundamentais no “jogo” da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido o texto aborda uma avaliação sobre as Teorias dos Movimentos Sociais, ressaltando as de maior expressão e trazendo ao leitor uma reflexão sobre as novas teorias acadêmicas apresentadas. Faz um quadro comparativo e descritivo entre as principais teorias dos movimentos sociais, facilitando a visualização das principais diferenças e características das teorias, além de tentar ajudar o leitor a entender a contribuição que cada teoria têm para o meio acadêmico e para o desenvolvimento do próprio tema.

O texto aborda ainda, os movimentos sociais e populares de moradia de Fortaleza realizando uma breve passagem sobre o histórico, as lutas e as conquistas angariadas por estes durante a trajetória vivida por todos que serão citados, seja atuando individualmente ou em rede.

Por fim a pesquisa pretende fazer uma releitura da teoria dos movimentos sociais, usando como exemplos movimentos sociais de Fortaleza, sua realidade e vivência prática.

Capítulo I - Os movimentos sociais e populares e suas teorias

Os movimentos sociais e populares talvez seja uma das formas mais bonitas de mobilizar o povo e fortalecer a democracia participativa, no entanto ele não se configura só pela a sua beleza e sua capacidade de educação popular, mas também pela as contradições das leituras apresentadas por teóricos a seu respeito.

Virginia Ferreira

Segundo Ilse Scherer-Warren (2011) pode-se identificar um movimento social e popular a partir de três aspectos: primeiro existe um princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania; segundo quando há definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo e terceiro quando existe uma construção coletiva de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico. A autora entende por movimentos sociais as

redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidária e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. (SCHERER-WARREN, 2011, p. 03).

Dessa forma, dentro do raciocínio de Ilse Scherer a associação dos movimentos sociais e populares à mudança social é inevitável, pois os movimentos sociais e populares, por definição, carregariam consigo um projeto de transformação social.

Empiricamente, podemos perceber a manifestação do movimento social e popular na presença do povo nas ruas, nos auditórios e nas mesas de negociação, de forma a arrancar conquistas e direitos humanos, sociais e políticos antes sem nenhuma previsão de efetivação. Assim, podemos ter como exemplo o movimento de reforma agrária MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que no último mês de abril de 2012, ocupou órgãos públicos em todo o Brasil, pautando a rememoração e a punição dos acusados de assassinar 21 militantes do MST no dia 17 de abril de 1996 no massacre do Eldorado dos Carajás, o que tornou o dia 17 de abril em dia Nacional de Luta do movimento. Além de reivindicar a punição, lutam por resoluções de problemas do campo, como a pobreza causada pelo o latifúndio, a não alimentação com produtos

regados a agrotóxicos e recentemente reivindicam casas populares na cidade em resolução a ocupações urbanas realizadas por eles, dentre outras pautas mais específicas inerentes à luta do campo.

O MST é conhecido por sua forte atuação no campo, realizando ocupações no Brasil em terras improdutivas já conseguiram garantir diversos assentamentos regularizando a terra de inúmeros trabalhadores rurais, ainda, constroem escolas populares e aumentam significativamente o grau de instrução dos seus militantes, garantido-lhes qualificação e profissionalismo no que fazem. Considerando os aspectos citados, esse movimento se define pela identificação de trabalhadores rurais que vivem sem ter terra; empregados de grandes latifundiários, estes vendem sua força de trabalho para ganhar, muitas vezes, apenas o sustento familiar, assim o sentimento de lutar pela a terra, lutar pela a Reforma Agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna une os trabalhadores em um coletivo sólido e firme nas posições relacionadas a transformação da sociedade atual.

Visando combater a grilagem, o arrendamento, o latifúndio, combater os graves problemas sociais do país a exemplo da desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano e principalmente do trabalhador rural e buscando promover o direito a terra, a igualdade social e de renda, os movimentos sociais constroem plataformas de trabalho para a sociedade voltada a garantir suas demandas como um todo. Suas ações fazem se notar por meio das manifestações de seus membros, promovendo Jornadas de Luta Nacional e realizando manifestações coletivas os movimentos sociais trabalham na perspectiva da mobilização enquanto instrumento de transformação social e maneira de participar ativamente da construção das políticas públicas para a sociedade como um todo.

No entanto nem todos os teóricos pensam assim, autores como Riesman e Adorno, citados em Alonso (2009) defendiam a teoria da desmobilização, cuja explicação era cultural, afirmavam que a relação entre a estrutura da personalidade e da sociedade estavam intrinsecamente ligadas, assim a sociedade capitalista tinha produzido seres muito individualistas, narcisistas e voltadas para a auto satisfação, virando assim as costas para a política e a coletividade. Nesse contexto a mobilização coletiva só eclodia em frustrações individuais em que o governo não podia dar sendo esta sem grandes efeitos de mudança social, apenas conquistas pontuais. Essa teoria foi posta a prova na mudança de cenário dos anos de 1960 quando as manifestações sociais

começaram a eclodir em todo o mundo, fazendo com que alguns “teóricos antigos” e classistas acreditassem que essas mobilizações fossem o ressurgimento da luta de classes. Contudo teóricos como Inglehart (2009) defendiam em seus escritos que esses movimentos eram baseados em outras temáticas e tinham algumas características muito peculiares. Eram jovens, mulheres, crianças, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras também novas, não mais pela a redistribuição de recursos, mas pela a qualidade de vida e liberdade de viver a diversidade. Demandas pós-materiais, segundo Inglehart, estes lutavam por formas diretas de ação política e por mudanças paulatinas na sociedade, mudanças culturais e sociais, longe da revolução armada e da tomada do poder.

A evolução do debate contribuiu para emergência de novas interpretações. Em 1970, apresentaram-se três teorias que se destacaram com importantes abordagens dos movimentos sociais e populares, Mc Carthy e Zald são os criadores da Teoria de Mobilização de Recursos - TMR, eles comparam os movimentos sociais com uma firma, que possuem normas, dividem tarefas, tem hierarquia interna, especializam membros e captam recursos. A TMR aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto e classificam os movimentos como uma forma de organização social a exemplo de sindicatos, empresas, associações profissionais etc. Caso os movimentos consigam sobreviver à concorrência teriam longevidade, assim a TMR analisam os movimentos sociais como a qualquer outro fenômeno de captação de recurso.

As Teoria do Processo Político- TPP (onde o teórico Tilly é a grande expressão) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais- TNMS (que tem como um dos seus principais expositores o teórico Alain Touraine) nasceram da exaustão do debate marxista sobre a possibilidade da revolução. Elas se insurgiram contra as explicações deterministas de que a sociedade possui um sujeito histórico universal.

Segundo Alonso (2009) a TPP investe numa teoria de mobilização política e a TNMS se alicerça numa teoria de mudança cultural. Tilly estudou os movimentos revolucionários na França e os movimentos por reformas na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Ele queria identificar os mecanismos que organizavam os macroprocessos no ocidente através de estudo de casos. Assim defende a Estrutura de oportunidades políticas- EOP, onde todos teriam a mesma racionalidade e a mesma lógica o que os diferenciava era a organização. Tarrow explica que quando as EOPs mudam suas dimensões formais e informais no ambiente político se abrem novos canais de expressão

de reivindicações para grupos sociais de fora da política ocasionando a organização de grupos insatisfeitos para expressarem suas reivindicações na arena pública. Esse momento é visto como a oportunidade política para emergência dos movimentos sociais. A TPP acredita que a organização e a coordenação entre os principais ativistas é fator determinante para produzir esses grupos insatisfeitos e um ator coletivo, adicionando ainda elementos culturais a capacidade de mobilização desses ativistas. Assim, a TPP destaca como variáveis relevantes para abordagem dos movimentos sociais as lideranças, a solidariedade e o sentimento de pertencimento a uma categoria, o que ajudaria a ligar os membros entre si.

Tilly coloca a mobilização como o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação definindo o movimento social e popular como uma “interação contenciosa”, que envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder, em nome de uma população sob litígio. Assim estados e movimentos não são atores, mas formas de ação coletiva. Representantes da teoria dos Novos Movimentos Sociais, tais como: Alain Touraine, Jurgen Habermas e Alberto Melucci, são críticos da ortodoxia marxistas. Eles trabalham o macro-histórico e associa mudança social a forma de conflitos. Diferenciam-se da TPP ao produzir uma interpretação efetivamente cultural para os movimentos sociais e populares.

Em 1983, Alain Tourane, distingue dois padrões de sociedade, a sociedade industrial, centrada na indústria e no trabalho e a sociedade programada ou pós-industrial, na qual a indústria e o trabalho perderam a centralidade. Nesse sentido distingui dois tipos de movimentos sociais: o primeiro com conflitos produtivos e atores das mobilizações sociais sendo os trabalhadores industriais e o segundo, os conflitos produtivos perdendo sentido e as lutas sendo pela a expansão de direitos. Assim a dominação perde seu caráter econômico, muito destacado pelas abordagens marxistas, e passa a ter um caráter cultural e informativo.

Na mesma percepção, Habermas defende que os novos movimentos sociais não se movem mais por questões redistributivas, mas por uma questão simbólica por qualidade de vida. Habermas acredita em dois tipos de movimentos sociais, os de liberação, seriam movimentos de caráter emancipatórios, que lutam pela a universalização dos direitos humanos, tendo caráter mais ofensivo (a exemplo das feministas e dos movimentos sociais e populares que lutam por direitos civis), e segundo os defensivos

que se dividem em dois: primeiro os tradicionais em defesa da propriedade - que tem como base a velha classe média e se exemplificam por movimentos de pais de alunos, vizinhança -, e segundo os contra a colonização do mundo da vida, que fazem as críticas às instituições políticas, a exemplo dos movimentos de jovens, o ambientalistas e mais.

Todavia, os novos movimentos sociais demandam formas autogestionárias e de comunicação livre que defendem a expressão livre reivindicando a afirmação da identidade e a autonomia da vida livre das regras do estado e do mercado. Melucci (1996) configura um novo padrão de dominação, baseada na produção e no controle da informação e na intervenção das relações sociais. O que ocasionaria novas lutas sociais que não se concentram mais em luta do trabalho e sim em duas novas temáticas: sendo a primeira o corpo que se tornou objeto de estudo e luta, contra o consumo desenfreado da moda, sua relação interpessoal, como é o caso dos gays, lésbicas etc.; e a segunda delas a utopia com forte conteúdo religioso, por um mundo menos desregrado e sem exageros. Assim os novos movimentos sociais seriam contestações pós-materialistas.

Vale ressaltar que os principais autores da teoria dos Novos Movimentos Sociais, Tourane, Habermas e Melucci, confluem na idéia de que a nova dominação não é material, mas cultural através da tecnologia e da ciência. Defendendo que as reivindicações saíram do mundo do trabalho, como eram percebidas na abordagem marxista, para a vida cotidiana e as lutas mudaram de lutas econômicas para lutas de democratização da estrutura da sociedade, afirmando novas identidades e valores.

Contudo aos finais dos anos 80 novos teóricos criticariam essas teorias ressaltando que muitas delas seriam mais a visão dos teóricos do que a descrição da realidade dos movimentos sociais. Craig Calhoun e Jean Cohen são emblemáticos do espírito do debate. Calhoun (1995) contesta a teoria de que as novas lutas são culturais e coloca que essas definições surgiram mais dos “óculos” dos atores, do que das próprias motivações dos movimentos sociais. Cohen (1985) acoplou na TMR- Teoria de Mobilização de recursos a TOP – Teoria da Oportunidade Política e a TPP – Teoria do processo político no mesmo pacote, afirmando que os dois são “paradigmas da mobilização de recursos”, na TMR ficariam os nortes americanos, objetivistas, utilitaristas e que sua explicação foca os interesses, condições materiais e o caráter estratégico da ação coletiva e a TPP ficariam os europeus de linhagem subjetivista atenta à intencionalidade e valores, contudo uma convergência entre objetivistas e subjetivistas é que os movimentos sociais não surgem pela a idéia de desigualdades,

nem de interesses e de valores, mas as mobilizações envolvem a questão estratégica para controle de bens e recursos o que movem a ação coletiva. Plotke (1990) reforça a crítica rebatendo a visão do “velho” e do “novo” em relação a movimentos sociais e afirma que em qualquer tempo, movimentos sociais demandam lutas materiais e simbólicas simultaneamente.

Ao longo dos anos 90, seguiram inúmeras definições e apropriações conceituais, o ativismo passou a ser visto como um fluxo da interação social, os movimentos sociais foram redefinidos por vários autores, dentre eles Diani (2003) afirma que:

os movimentos sociais são estruturação policêntrica frouxa, de contornos ambíguos que engloba conexões formais e informais entre ativistas e organizações e nelas circulam poder, recursos, valores e informação. (ALONSO, Angela, 2009, p.73)

Todavia, as pesquisas sobre movimentos sociais conceitos e definições, mesmo as marxistas, não focalizam satisfatoriamente como acontece à relação destes com o sistema econômico vigente na sociedade atual, o sistema capitalista. Pouca atenção é dada às questões de como os movimentos sociais e populares causam a mudança social que esta intrinsecamente ligada com o sistema econômico e sua infraestrutura. Nesse prisma vale ressaltar o pensamento de Eric Hobsbaw que em entrevista concedida a revista Carta Capital (2009), explana sobre o pensamento político de esquerda e alguns equívocos elaborados por eles, contestando a ideia de que Marx e seus escritos são obsoletos dentro da nomenclatura “novos movimentos sociais”. Hobsbawn discorre acerca da “desmoralização” feita a Marx pelos os sociais- democratas do Atlântico Norte e suas ideias da perda da luta de classes e o esfacelamento do proletariado em diversas categorias de novos atores dentro da luta na nova democracia. Os “novos movimentos sociais e populares” assim representados pela as feministas, religiosos, ambientalistas, questões de etnias e outros, tampouco tiveram uma conexão lógica com o anti-capitalismo (ainda que, individualmente, muitos de seus membros possam estar alinhados com ele) ou questionaram a crença no progresso sem fim do controle humano sobre a natureza que tanto o capitalismo compartilha. Hobsbawn afirma que Marx não poderia especular sobre as mudanças culturais que a economia apresentaria ao mundo moderno, ocasionando novas tecnologias e novas formas de lutas; por vez coloca as releituras da sociedade capitalista, suas características e novas teorias enquanto uma

maneira neoliberal de negar a luta de classes e suas manifestações na sociedade, que ecoam de diversas formas.

Fortalecendo seu pensamento discorre sobre a crise econômica atual e como Marx foi rebuscado por intelectuais da modernidade para explicação de tais fenômenos, estes procuravam entender o “pipocar” dos diversos movimentos sociais e populares em todo o mundo, a exemplo de inúmeras lutas internacionais, desde movimentos como Wall Street a grandes greves de trabalhadores na Grécia. Afirma ainda que mesmo essas lutas se dando sobre novas óticas de exploração, elas não deixam de serem reflexos da luta de classes organizada por trabalhadores, assim analisar os movimentos sociais e populares sem perceber a luta de classes é um fenômeno da social- democracia que de todas as formas quer apagar da mola social o poder do proletariado.

Quadro 1 - Comparativo das teorias sobre movimentos sociais

Teoria	Principais autores	Principais características
Teoria da desmobilização	Riesman e Adorno	Defendiam a teoria da desmobilização, cuja explicação era cultural, afirmavam que a relação entre a estrutura da personalidade e da sociedade estavam intrinsecamente ligadas, assim a sociedade capitalista tinha produzido seres muito individualistas, narcisistas e voltadas para a auto satisfação, virando assim as costas para a política e a coletividade
Teoria das novas demandas pós-material	Inglehart	Lutavam por formas diretas de ação política e por mudanças paulatinas na sociedade, mudanças culturais e sociais, longe da revolução armada e da tomada do poder.
Teoria de Mobilização de Recursos - TMR	Mc Carthy e Zald	Comparam os movimentos sociais com uma firma, que possuem normas, dividem tarefas, tem hierarquia interna, especializam membros e captam recursos.
Teoria do Processo Político- TPP	Tilly	Investe numa teoria de mobilização política. Tilly define movimento social como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio.” Assim estados e movimentos não são atores, mas formas de ação coletiva
Teoria dos Novos Movimentos Sociais- TNMS	Alain Touraine	Alicerça-se numa teoria de mudança cultural. Alain Touraine, distingue dois padrões de sociedade, a sociedade industrial, centrada na indústria e no trabalho e a sociedade programada ou pós-industrial, na qual a

		<p>indústria e o trabalho perderam a centralidade. Nesse sentido dois tipos de movimentos sociais, o primeiro com conflitos produtivos e atores das mobilizações trabalhadores industriais e no segundo os conflitos produtivos perderam sentidos e as lutas seriam pela a expansão de direitos, a dominação é cultural e pela a informação.</p>
Teoria da Luta de Classes	Marx (Eric Hobsbawn)	Luta de classe organizada por trabalhadores na busca da transformação econômica da sociedade.

1.1 - Movimentos sociais, redes de movimentos ou dinâmicas participativas?

Segundo Craig (2005) tradicionalmente os movimentos sociais são definidos como esforços organizados para provocar mudanças sociais, contudo afirma o autor que as definições de movimentos sociais não se detêm a pesquisar os fenômenos que provocam essas mudanças, tornando a definição pobre e sem consistência para as pesquisas relacionadas ao assunto.

Na década de 60 a teoria dos movimentos sociais foi constituída e os movimentos sociais eram definidos como grandes multidões, unidas por mudanças pacíficas, desinteressadas no poder do estado. Contudo, no avançar dos anos os movimentos sociais sofreram largas transformações no que diz respeito as suas características, surgiu o ativismo profissional, os movimentos se burocratizaram e passaram a fazer o papel do estado caindo por terra à teoria de que os movimentos sociais são desinteressados no poder da máquina pública.

No que diz respeito às formas de abordagens, estas também mudaram ao longo dos anos forçando os pesquisadores a estudar “novos instrumentos de luta” como o terrorismo e a violência a exemplo dos atentados do onze de setembro (11 de setembro). Não só isso, os novos movimentos anticorrupção acontecidos recentemente no Brasil atentam para novas abordagens de mobilização a exemplo das redes sociais, que ajudam levar a informação e a “conscientização” para os cidadãos.

Nesse sentido as mudanças ao longo dos anos obrigaram as pesquisas acerca do tema a ter uma nova roupagem. Castells (2009) argumenta que nas pesquisas dos movimentos sociais faz-se necessário considerar a sociedade das redes, as identidades coletivas e a própria globalização como principais focos de mobilização, o que leva a cabo a tecnologia, as mídias e as redes de comunicação, assim cultura e globalização

são os dois tópicos de maior interesse nas discussões dos movimentos sociais atualmente.

Nessa perspectiva vale destacar os diversos exemplos de movimentos sociais citados por Gohn (2008) :

Movimentos identitários: são movimentos sociais que lutam por direitos econômicos, sociais e políticos e culturais. São exemplos de movimentos identitários, a luta das mulheres, os movimentos sociais de grupos de necessidades especiais, os grupos geracionais (idosos, jovens) entre outros.

Movimentos sociais que lutam por direitos sociais e civis trazendo melhores condições de vida e de trabalho. São exemplos de movimentos que lutam por direitos sociais e civis, os movimentos pelo acesso à moradia, acesso à alimentação, acesso à educação, acesso à saúde etc.

Movimentos globais ou globalizantes: Fórum Social Mundial. Lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, fóruns, plenárias, conselhos etc. (GONH, Maria da Glória, 2008, p.02-03)

Gohn (2008) cita esses modelos de movimentos sociais e ressalta os novos temas que aquecem as teorias dos movimentos sociais a exemplo da globalização, o terrorismo, o fanatismo religioso, as ações comunitárias locais dando destaque aos movimentos identitários que ganharam força ao lado dos movimentos globais.

Nesse prisma podemos afirmar que movimento social define-se enquanto esforços para acarretar mudança social, no entanto percebe-se que para uma única definição existem vários sentidos, autores que enxergam os movimentos sociais por diversas facetas e formatos, mas que possuem pontos similares, sendo um deles, chegar a um denominador comum sobre os reais motivos que provocam e acarretam essas mudanças. Adicionalmente, percebemos a dificuldade de trabalhar com um conceito “antigo” para explicar os efeitos de novas formas de ação coletiva, surgidas ou readaptadas a um contexto social, cultural e tecnológico inimaginável quando da sua elaboração e de suas primeiras teorias.

Segundo Gohn (2009) no novo cenário de disputa político-social, os movimentos sociais passaram a ser guiados por outros eixos que não só os políticos e ideológicos de classe, as novas lutas envolvendo questões sociais específicas cresceram se destacando nessa faceta os movimentos sociais que lutam por questões como capital social, inclusão social, reconhecimento social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais etc.

Na medida em que o cenário da questão social se alterou, outros atores/ sujeitos sociais foram se destacando, assim as ONG's e as entidades do terceiro setor cresceram

significativamente e as políticas públicas pautadas através de projetos sociais ganharam destaque e fortalecimento na sociedade.

Para Gonh apud Alvarez (2000),

projeto social é entendido como um projeto político ideológico de um grupo, explicitado ou não. A apropriação dos conhecimentos e a experiência dos sujeitos são à base da prática política, assim a identidade política de um movimento social se faz no processo de luta junto com a sociedade civil, e este enquanto sujeito coletivo não pode ser pensado fora de uma conjuntura política que o integre com outros elementos que lutem por elementos comuns. (GONH, Maria da Glória, 2009, p.06)

Nesse novo cenário dos movimentos sociais uma nova concepção que captura as novas formas de ação coletivas, as novas demandas e as mudanças que escapam a noção clássica de movimentos sociais foram definidas enquanto rede de mobilização social. Nesse cenário as redes sociais tem um enraizamento maior com as comunidades locais. A rede temática tem poder de articulação que extrapola o nível local, atuando da esfera local até a global. As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas. Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas, principalmente para se fortalecerem no sentido de construir e defenderem pautas comuns.

Nesse prisma, a partir dos anos 1990 as redes de movimentos sociais surgiram inicialmente como modismo e depois como uma necessidade de sobrevivência dos próprios movimentos sociais. Para Callon (1995), Laniado e Baiard (2006), Caillé (2002) e Martins, as redes de movimentos sociais se situam como produtoras de individualidade, conjunto de trocas sociais e formadores de comunidades. Já Degenne (1999) enxerga as redes de movimentos sociais como um conjunto de métodos para o estudo das estruturas sociais, sendo que as unidades de interação são básicas para o entendimento dos relacionamentos e os vínculos sociais que as unem. Barnes (1987) “definiu rede como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social, composto, por exemplo, por uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos etc.”

Contudo, também no que se refere à rede de movimentos sociais os autores parecem não entrar em consenso, para alguns a rede substitui a categoria movimento social, para outros a rede é um instrumento do movimento social e mais, outros

acreditam que as redes de movimentos sociais são uma modalidade que atua em outro campo das práticas civis, que substitui a ideia de militante para público participante.

No que diz respeito à nomenclatura muitos autores diferem redes associativas movimentalistas de redes de mobilização civil. Redes associativas movimentalistas são relacionadas ao passado, ações sindicais, movimentos de bairros, organização por categorias ou bairros, já mobilização se refere ao “novo”, ao associativismo moderno, criado num cenário de políticas globalizadas. Assim Castells, inscreveu no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas, a sociedade civil como uma rede globalizada, e suas estruturas sociais como redes de sistemas abertos, dinâmicos e suscetíveis de inovações.

Nessa nova concepção onde a rede de movimento social entra em ascensão, o território passa a ser espaço de disputa para bens econômicos, o território também é espaço de disputa por ser fruto de um conjunto de condições que predomina as relações sociais e produtivas que são desenvolvidas na sua localidade. Isso acontece por que os movimentos sociais têm tendência a ter maior enraizamento com a comunidade local, enquanto que a rede de movimento social tem poder de articulação que extrapola o nível local, atuando da esfera local a global.

Ainda, as redes de movimentos sociais se configuram em fortalezas no que se refere às articulações, pois pautando enquanto bloco e com reivindicações em comum, os movimentos sociais articulados em redes conseguem de forma mais rápida pautar políticas públicas e arrancar vitórias e conquistas junto ao poder público.

Nesse sentido os movimentos sociais a partir dos anos 90 começaram a usar as redes de movimentos sociais como instrumentos de sobrevivência, pois estes vivem momentos de ascensão política como também, momentos de descenso, assim se agarram as redes de movimentos sociais usando-a como instrumentos para se manterem fortes e capazes de continuar no páreo da disputa política social. No entanto, ao mesmo tempo em que as redes são importantes no fortalecimento dos movimentos sociais ela também pode ser prejudicial a muitos outros movimentos sociais que estão de fora dela, pois na medida em que se forma um grupo temático de movimentos sociais e estes conseguem se articular nos moldes das Teorias de Mobilização de Recursos- TRM, eles se fecham de forma a excluir outros novos movimentos, pois temem a maior distribuição dos recursos angariados, esses movimentos se colocam como os únicos capazes de mobilização, pois criam um círculo inquebrantável e muitas vezes consciente

ou inconscientemente, em ações, tentam deslegitimar a luta de novos movimentos sociais, que muitas vezes mobilizam e agitam melhor do que eles, mas por estarem de fora do “círculo”, são mais fracos no que se relaciona a articulação em rede.

Embora como visto no decorrer do texto, a noção de redes de movimentos sociais permita pensar algumas questões que escapem ao conceito de movimento social, ela não é capaz de tratar do quadro mais amplo de fenômenos quando se discute as possibilidades de incidência dos atores civis (poder social) sobre as políticas públicas (decisões das autoridades políticas). Marcelo Kunrat propõe o uso do termo redes social citando Diani e McAdam quando afirmam que o conceito de rede é utilizado para analisar os processos de microprocessos nas quais fazem com que os indivíduos se socializem em uma determinada cultura associativa que se mobilizam a partir de inserções em redes cotidianas. Nesse sentido o tema das redes também ganha centralidade por ser um conceito mobilizado para pensar aquelas novas especialidades da atuação dos atores sociais que transcendem os marcos do Estado Nação. A ideia de organização em rede, enquanto uma proposta específica de organização que se diferencia de formas hierárquicas e/ou burocráticas, parece ser o foco central dos autores. A organização em rede passa a ser prescrita como uma forma de organização capaz de conferir maior eficácia aos movimentos sociais, na medida em que se apresenta como a forma mais adequada a um contexto no qual as possibilidades de comunicação e articulação se ampliam atingindo, no limite das fronteiras. As redes também servem para estudar os processos de identificação que são tão destacados na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que tenderiam a ocorrer no cruzamento entre as redes interpessoais nas quais os indivíduos estão inseridos e as redes organizativas que buscam recrutá-los e mobilizá-los. Em nível macro, a abordagem teórico-metodológica de redes instrumentaliza a análise dos processos de articulação e mobilização em escala global.

Capítulo II - Da academia aos movimentos de moradia de Fortaleza.

2.1. Temas e questões dos estudos recentes na academia brasileira.

A partir de 1986 alguns autores começam a romper com a literatura passada que aborda uma longa tradição do pensamento político-social brasileiro. Sader e Paoli, assumindo papel quase “pioneiro” começam a abordar o papel dos atores sociais na reconstrução da democracia brasileira. Inicia-se com o debate em torno dos movimentos sociais e posteriormente, já nos anos 90, sobre os marcos do conceito de “sociedade civil”. Essa literatura aborda diversos aspectos positivos desse conceito.

Sérgio Costa (1994, 1997) e Leonardo Avritzer (1994,1996) vão ressaltar o papel dos atores na sociedade civil, destacando os movimentos sociais e associações organizativas que canalizam para a esfera pública os problemas da sociedade capitalista vistos em diversas facetas, como já relatado no capítulo anterior. Os autores também discorrem sobre as novas relações construídas pela sociedade civil com o sistema político-institucional a exemplo de audiência pública, conselho de direitos, conferência, orçamento participativo dentre outros espaços institucionais criados para o aprofundamento da democracia brasileira, que possibilitam e reforçam o avanço da democracia na medida em que o poder é compartilhado entre diversos sujeitos.

Essa perspectiva positiva de observar os movimentos sociais e associações organizativas tem sido alvo de críticas por alguns autores, que enfatizam o desalinhamento do poder público com os atores empíricos que compõem a sociedade civil, estas últimas são vistas com diversas características a exemplo do clientelismo, autoritarismo, baixa densidade associativa, dentre outras que colocam em dúvida a vinculação dos movimentos sociais e associações organizativas com o avanço da democracia. No entanto, ao verificar a literatura de Kunrat (2010) já bem explanado anteriormente verificamos que a atuação em redes fortalece os movimentos sociais e suas ações, desde que estes se unem em pautas comuns o que possibilita a maior eficácia na proposição de políticas públicas ao estado para a população.

Contudo, exemplificar literaturas que pensam contrários é fundamental para um melhor entendimento do assunto; Kerstenetzky (2003), citado em Kunrat (2006) é um dos autores que traz para a literatura sobre movimento social e sociedade civil seus aspectos negativos dentro da dinâmica da democracia. Kerstenetzky argumenta contra as constantes análises positivas do “poder” da sociedade civil na reconstrução da

democracia brasileira, ele e demais autores analisam por outro viés o papel da sociedade civil questionando o seu papel democrático e até fazendo avaliações de sua influência negativa ao crescimento da democracia. Os autores fazem o paradigma da sociedade civil invertendo seu “pólo da virtude” (que encarnaria a positividade e assumiria o protagonismo do processo de construção democrática) para a ideia de que a sociedade civil também é um espaço da reprodução das desigualdades, de tensionamento das instituições democráticas e até mesmo de esvaziamento da própria política pública.

Kunrat (2006) coloca outra vertente nos estudos sobre sociedade civil e movimento social, o autor observa a sociedade civil pela a lógica teórica- metodológica que ao contrario das análises essencialistas que produzem características para analisar a relação dos objetos sociedade civil e estado na democracia, busca escrever sobre análise relacional da sociedade civil e do estado, que podem possuir diversas facetas, até mesmo contraditórias entre elas. Kunrat foge da dicotomia bem e mal, e interpreta a sociedade a partir de diversos polos contrapondo sociedade civil e sociedade política ou campo político-institucional como blocos unificados e homogêneos na qual cada um dos polos encarna a positividade ou a negatividade, que assim são absolutizadas dentro da sociedade como um todo.

Kunrat critica a análise essencialista de Kerstenetzky, que aborda os movimentos sociais e a sociedade civil em geral dentro da dicotomia do bem e do mal, afirmando que em sua essência a sociedade civil traz características que seriam perniciosas ao avanço da democracia, a exemplo do clientelismo, pouca associatividade, reprodução de desigualdades. Kunrat coloca que analisar a sociedade civil representada pelos movimentos sociais e organizações associativas como um entrave ao sucesso da democracia é um equívoco, desde que sociedade civil vista pela análise relacional e processual pode ser encarada com diversas características, que podem avançar ou não o processo democrático na sociedade.

As características autoritárias, clientelistas e atrasadas que porventura são observadas na atuação dos atores da sociedade civil brasileira não se encontram na “natureza” desses atores, mas sim nas configurações sociopolíticas nas quais e pelas quais eles se constituíram historicamente, assim é importante um esforço para desnaturalizar uma antiga tradição que responsabiliza os atores sociais brasileiros (vistos como “naturalmente” atrasados, inconscientes, imaturos, irracionais e incapazes de reproduzirem os padrões associativos e as práticas sociopolíticas de outros países

tomados como “modelos”) pela longa história de autoritarismo no Brasil e analisar esses atores dentro do seu espaço físico, retornando até mesmo as análises de Marx que afirma que o homem é produto do seu meio, nesse sentido os movimentos sociais e organizações associativas podem ser analisadas relacionalmente através do espaço em que convivem, quais relações constroem, quais atividades realizam, podendo estas ações ser positivas ou não para o avanço da democracia. Inicialmente, nota-se que apesar da “descoberta” do conceito de sociedade civil pelos pesquisadores brasileiros ter colocado em segundo plano a discussão sobre os movimentos sociais, ela tem ajudado a uma problematização recente do aspecto sempre positivo atribuído aos atores sociais em relação à negatividade dos atores estatais.

Para além dessa questão a literatura brasileira também é marcada por diversas características, que é de suma relevância aborda-las. Uma delas é a literatura marcada por forte engajamento político-organizativo dos seus escritores, assim estes defendem uma literatura normativa que traz no seu conteúdo pressupostos de como deve ser a postura dos movimentos sociais em relação ao estado. Outra característica da literatura é trazer o caráter prescritivo, alguns autores assumem a postura de propor como deve ser a forma de organização, e atuação dos movimentos sociais a partir de várias vertentes e a restrição dos estudos a determinadas organizações e movimentos, que em maior ou menor grau compartilham os mesmos princípios são algumas das características da literatura brasileira que abordam o assunto.

No que diz respeito às linhas teóricas, podemos destacar três: a primeira a literatura que da continuidade aos estudos da segunda metade dos anos de 1980, seguindo a teoria de Scherer-Warren e Krischke, (1987), abordam a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, sendo exemplo de pesquisadores Habermas, Tourine, e Mellucci que seguem a abordagem da grande centralidade à identidade como conceito-chave para análise dos movimentos sociais. A segunda, o foco dessa abordagem é explorar os efeitos e o potencial de mudanças causados pelos fenômenos dos movimentos sociais. Nessa abordagem, a explicação da constituição destes atores coletivos tende a ser secundarizada, na medida em que ela é abordada como uma decorrência mais ou menos imediata de determinados macroprocessos (por exemplo, a reestruturação do capitalismo, a emergência do neoliberalismo etc.) Além disso, esta abordagem tende a conferir centralidade às classes sociais e ao conflito de classes como dimensões estruturadoras, tanto dos processos empíricos, quanto do enquadramento explicativo dos mesmos. Essa

abordagem também se denomina marxista estrutural. Por fim a terceira identificam-se também trabalhos que se ancoram em abordagens de caráter hermenêutico-fenomenológicas, enfatizando a importância da compreensão dos processos de atribuição de sentido realizados pelos atores sociais como recurso analítico fundamental para a qualificação das interpretações elaboradas pelos pesquisadores e, ao mesmo tempo, como instrumento de problematização de pressupostos teóricos e/ou normativos naturalizados.

Observa-se na literatura, ausência de autores que produzam textos com ideias compartilhadas, a experiência nesse sentido pode ser observada na Teoria do Processo Político, que tem suas origens McAdam, (1997) e Tarrow (2009), os autores marcaram os estudos sobre movimentos sociais nos Estados Unidos na década de 70 e 80 ao construir um projeto de “*contentious politics*” na qual a meta é construir uma abordagem que incorpore e, especialmente, articule conceitos que possibilitem apreender analiticamente a complexidade da constituição e atuação dos atores coletivos na sociedade. Os autores da *contentious politics* enfatizam a necessidade de analisar as interdependências entre os repertórios de ação desenvolvidos pelos atores contestadores e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas, rejeitando a possibilidade de uma efetiva explicação daqueles repertórios sem situá-los no interior da configuração político-institucional da qual se originam. Um tipo de análise que a abordagem da rede de movimentos só consegue fazer em partes.

Outros temas que ganham destaque na literatura sobre sociedade civil e movimento social : a relação entre os atores político-social /campo político-institucional e o debate sobre rede de movimentos sociais. Kunrat (2010) afirma:

O tema das redes também ganha centralidade nessa literatura recente, em parte por ser um conceito mobilizado para pensar aquelas novas espacialidades da atuação dos atores sociais que transcendem os marcos do Estado Nação. No entanto, a ideia de organização em rede, enquanto uma proposta específica de organização que se diferencia de formas hierárquicas e/ou burocratizadas, parece ser o foco central dos autores que utilizam o conceito de rede na literatura analisada. Nesse sentido, a organização em rede passa a ser prescrita como uma forma de organização capaz de conferir maior eficácia aos movimentos sociais, na medida em que se apresenta como a forma mais adequada a um contexto no qual as possibilidades de comunicação e articulação se ampliam (atingindo, no limite, a escala planetária).(KUNRAT, 2010, p.06)

Além do tema das redes, que serve para estudar os processos de identificação que são tão destacados na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, outro tema pouco

abordado, mas de relevância é a relação partido político e associativismo, pode se explicar a desconsideração desse tema pela a razão dos autores, como já citado anteriormente, serem em sua maioria engajados e escreverem pautando normas para a conduta dos atores da sociedade civil e atores da política institucional, podendo assim dizer que as literaturas em sua maioria não são neutras. Nosso argumento sustenta que a abordagem da dinâmica participativa oferece a oportunidade satisfatória para abordar esse tema.

Para finalizar sobre os temas e questões sobre a literatura dos movimentos sociais, não podemos esquecer a literatura que aborda a relação de classe e processos associativos. Os autores dessa tendência reproduzem a visão presente na abordagem marxista clássica, segundo a qual a classe constitui a referência central do processo de organização social, e os movimentos sociais abordados são entendidos fundamentalmente como expressões do conflito de classes. A sociedade capitalista tendo em vista o seu aprofundamento da luta de classes, marcada por fortes desigualdades sociais, concentração de renda, monopólio, fome, desemprego dentre tantas outras expressões do capitalismo em sua ação mais latente contra a classe trabalhadora, traz na sua própria estrutura a organização dos trabalhadores que cansados de tanta exploração se organizam em novas expressões de luta de classe, que são os movimentos sociais e trabalho associativo. Marx em sua plenitude não poderia especular as mudanças trazidas pelo o avanço do capitalismo. As mudanças ocorridas na tecnologia, nos problemas ambientais e em muitas outras vertentes que fazem com que autores trabalhem os temas colocando a “ Teoria dos novos movimentos sociais”.

Contudo, afirmar que os movimentos sociais estão totalmente desvinculados da luta de classes e da luta pela transformação do sistema econômico da sociedade parece um grande equívoco.

SIQUEIRA (2012) aborda em seus estudos essa concepção equivocada e coloca o perigo de nos enganarmos em política, contribuindo até mesmo de forma inconsciente para a manutenção do sistema vigente e sua exploração descontrolada:

Note-se que uma visão de movimento social distanciado de uma concepção classista e de um projeto global de sociedade, voltada para a subjetividade, em si, poderia expressar uma preocupação com a condição do indivíduo. Entretanto, essa visão de particularizar e individualizar os movimentos, sem levar em consideração que a própria subjetividade e individualidade apresentam-se contextualizadas numa teia de relações sociais, em que a grande maioria dos indivíduos encontra-se explorados pela lógica do capital, e que qualquer movimento, que não tenha claros objetivos para além da

ruptura com a exploração, podem ser absorvidos pela institucionalidade e, mesmo, assimilados como mantenedores em última instância de uma ilusória participação social na estrutura do poder. (SIQUEIRA, 2012, pag.05)

2.2. O movimento popular e social de moradia de Fortaleza

Em 1823 Fortaleza torna-se a capital da província do Ceará e com esse título reflete a dinâmica do crescimento da economia e a estruturação do espaço físico, a cidade começa a se expandir e essa expansão econômica, política e comercial traz para si problemas antes não enfrentados, como a disputa hegemônica pelos os espaços da cidade.

Na segunda metade do século XIX a cidade enfrenta o problema da segregação social, sendo as periferias de Fortaleza rodeadas de casas de palhas, o que de certa forma já mostrava a dinâmica de expulsão do povo pobre dos espaços centrais e urbanos de Fortaleza.

Em 2012 Fortaleza é vista como a 5ª capital do país, vendida aos turistas pelas as suas belas praias, a sua noite animada e seu artesanato de rendas que encanta pessoas em todo o mundo, no entanto por trás do slogan “Fortaleza, terra da luz”, a cidade ainda esconde um cenário desumano de segregação social, onde apenas os ricos desfrutam da beleza de Fortaleza, restando aos pobres “se esconderem” em casebres nas beiras dos rios e riachos da cidade.

Fortaleza apresenta um déficit habitacional de 75 mil famílias, sendo que 20 mil moram em áreas de risco nas periferias da cidade. Segundo a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza- HABITAFOR, em 2004 Fortaleza possuía 102 áreas de risco, espalhadas aos quatro cantos da cidade, por outro lado o centro da cidade possui mais de 600 imóveis vazios, o que demonstra de forma escancarada o descumprimento da função social da cidade. O resultado disso são milhares de famílias amontoadas em casebres na periferia da cidade sem nenhuma estrutura de moradia, sem coleta de lixo, saneamento básico, calçamento ou muito menos qualquer equipamento social próximo. Exemplos são aglomerações antigas e famosas nessa situação, algumas delas existindo até hoje: Cercado do Zé Pedro (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950) e Papoquinho (1950) , esta última hoje denominada Comunidade do Papoco.

Diante da violação de um direito social e humano fundamental, “garantido” por lei na Constituição Federal: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **MORADIA**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (destaque nosso). Resta como alternativa para o povo que vive nessa situação a participação massiva e ativa na sociedade na luta da conquista desse direito.

Nessa ótica podemos visualizar essa luta através dos movimentos sociais e populares que possuem essa temática como bandeira, eles se apresentam seja através de mobilizações sociais, seja através de espaços institucionais a exemplo dos conselhos, ou na realização de grandes ocupações na cidade, ou inserido em todas essas formas apresentadas.

Dentre inúmeros movimentos sociais existentes na cidade de Fortaleza, e as incontáveis ocupações espontâneas que acontecem regularmente na disputa pela a cidade, vale ressaltar alguns destes que se destacam pela sua atuação e capacidade de mobilização e articulação através da rede Fórum Estadual de Reforma Urbana- FERU-Ceará. Isso porque a política de habitação da cidade de Fortaleza-CE se mostra ineficaz para atender a demanda necessária, possuindo um déficit de 75 mil famílias, Fortaleza nos quase oito anos de governo estadual só foi beneficiada com aproximadamente nove (09) mil unidades habitacionais, geridas pelo Projeto Maranguapinho. No que se refere à política habitacional da esfera municipal, observa-se que apesar de alguns avanços, pois anteriormente não se tinha programas de política habitacional continuado, a Prefeitura de Fortaleza entregou 5.700 unidades, cerca de quatro (04) mil estão em construção e 3.198 famílias foram beneficiados com melhorias habitacionais.

Nesse sentido, na luta por políticas públicas habitacionais três movimentos serão usados como exemplos, o primeiro o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas-MLB surgiu em Belo Horizonte em 1999 com a proposta de organizar famílias na luta pela a Reforma Urbana e pelo o Socialismo, tem se expandido muito rápido; hoje se encontra em 14 estados do Brasil, no Ceará desde 2005. O quadro abaixo descreve as características dos movimentos de moradia de Fortaleza, baseado nas ideias de Ilse Scherer :

Quadro 2 – Dimensões dos movimentos sociais de Fortaleza.

TEORIA	MOVIMENTO	CARACTERÍSTICA
Princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania;	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas-MLB • Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza- FBBB • Central de Movimentos Populares- CMP 	<ul style="list-style-type: none"> • Luta pela a reforma urbana e pelo o socialismo; • Lutas e mobilizações comunitárias nos bairros de Fortaleza; • Aglomera vários movimentos que lutam por diversas temáticas: negritude, gênero, moradia, mulheres etc ;
Definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo;	<ul style="list-style-type: none"> • MLB • FBFF • CMP 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema capitalista nas suas mais diversificadas formas de exploração, em especial especuladores imobiliários da cidade;
Construção coletiva de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico;	<ul style="list-style-type: none"> • MLB • FBFF • CMP 	<ul style="list-style-type: none"> • Luta pela a Reforma urbana e pelo o socialismo; • Luta pela as melhorias nos bairros e favelas de Fortaleza; • Luta pelos direitos sóciais: igualdade racial, igualdade de gênero dentre outras.

Na cidade de Fortaleza, o MLB iniciou suas ações através da organização de trabalhadores desempregados no Bairro do Papoco, levou a famílias a proposta da casa própria através da luta e da organização. Através de caminhadas, visitas casa a casa, panfletagens, jornais de divulgação dentre outros instrumentos de divulgação em massa, hoje atua em 06 bairros de Fortaleza, reunindo cerca de mil (1000) famílias regularmente. As famílias se reúnem semanalmente passando por um processo de lapidação política, elas debatem estratégias de luta, mas não só isso participam de cursos de formação política, discutem a conjuntura política nacional, estadual e municipal e os seus direitos jurídicos, civis no que diz respeito a moradia digna e de qualidade, o movimento assim atuando também na educação popular .

O MLB atua de forma centralizada, sendo que suas ações acontecem em todos os estados do Brasil de forma concomitante. Suas principais ações se caracterizam por realizar ocupações de terrenos e prédios públicos em todo o Brasil, a fim de pressionar o poder público para construção de moradias populares.

Na cidade de Fortaleza já realizou em seis (06) anos de atuação, três (03) ocupações de prédios públicos: Ocupação Barbara de Alencar - o que resultou na construção de cem (100) unidades habitacionais, hoje o Conjunto Habitacional Bárbara de Alencar II-, Ocupação Dom Hélder Câmara e Ocupação Frei Tito de Alencar, estas últimas resultando no encaminhamento de famílias para serem inseridas no Programa Minha Casa, Minha Vida. O MLB atua ainda na luta pela alimentação, realizando o Natal sem Fome todos os anos, a ação se caracteriza em ocupações de supermercados na época natalina, tendo como pauta a doação de cestas básicas para as famílias que participarem do ato. Realizam ainda caminhadas nos bairros, ocupações de órgãos públicos e praças públicas fazendo a denúncia do capitalismo e apresentando a luta enquanto solução. No que se refere aos espaços institucionais, o MLB possui representação no Conselho Estadual das Cidades, participa ativamente do Orçamento Participativo promovido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, conseguindo aprovar em plenária a construção de creche para o conjunto Barbara de Alencar II, também atua em rede fazendo parte do Fórum Estadual de Reforma Urbana- FERU, Núcleo de Habitação e Meio Ambiente- NUHAB e participando de todos os espaços que debatem a pauta da reforma urbana na cidade de Fortaleza.

O segundo movimento denomina-se Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza- FBFF, fundada em 1982, surgiu como resultado dos processos de lutas e mobilizações comunitárias que ocorreram em vários bairros de Fortaleza. Também como resposta aos conflitos surgidos em torno das ocupações de solo urbano. Dentre suas finalidades contribui com a mobilização, e se propõe a organizar o movimento comunitário, objetivando ajudar moradores dos bairros pobres a resgatar seus direitos de cidadania, engajando-os de forma prepositiva na elaboração das políticas públicas da cidade.

Em trinta anos de atuação da cidade de Fortaleza, a FBFF já desenvolveu atividades voltadas para o desenvolvimento urbano ordenado da cidade, articulando lutas coletivas, promovendo a educação popular através de seminários, oficinas, palestras, debates e participando ativamente de redes, a exemplo do FERU, e de demais já citadas anteriormente. Também participam dos espaços institucionais já citados, a exemplo do Conselhos de Direitos, Orçamento Participativo dentre outros.

Têm como norte a “autonomia” das suas ações e trabalha a democracia interna do funcionamento da entidade. A gestão é organizada através do Conselho de

Representantes, das entidades filiadas, diretoria de departamentos temáticos e diretoria executiva. De quatro (04) em quatro (04) anos se realiza o Congresso, prezando pela ampla participação, sendo divulgado de forma massiva. Este mesmo congresso também dá à orientação política da entidade.

Dentre as suas finalidades gerais, se denominam: fortalecedores de entidades e de suas lutas por soluções de problemas voltados para cultura, saneamento, educação, lazer, MORADIA etc; contribuintes para a formação e organização de Associações de Moradores onde estas não existem e onde também já existem, contribuintes para a luta da implantação de políticas habitacionais, salariais, educacionais e de saúde que atendam as necessidades da população, promotores da luta pela melhoria das condições de vida do povo fortalezense, como também do povo brasileiro.

Seguindo a abordagem de Mc Carthy e Zald (1977) seria possível encaixar a FBFF, dentro do conceito de movimento social na Teoria de Mobilização de Recursos, muito parecido com uma firma, que possui normas, dividem tarefas, tem hierarquia interna, especializam membros e captam recursos. Quanto à longevidade, esta conseguiu vencer vários concorrentes, pois este ano de 2012 completam 30 anos em agosto.

O terceiro e último movimento, é a Central de Movimentos Populares- CMP, esta entidade semelhante à FBFF, aglomera vários movimentos que lutam por diversas temáticas, no entanto no que concerne as suas lutas, ela se destaca pela a bandeira da moradia, realizando ocupações de terrenos, passeatas, ocupações de órgãos públicos, pautando a reforma urbana.

Dentro da sua concepção de luta defendem um modelo anti-capitalista, mas não chegam a definir qual o sistema que defendem. Sua composição é pela coordenação estadual, e dentro da coordenação possuem os setoriais de moradia, negros e negras, gênero, mulheres etc. Assim como os outros dois movimentos, a CMP faz parte do FERU e do NUHAB e também ocupa cadeira no Conselho Municipal e Estadual das Cidades. Obstante, temos outros movimentos de moradia na cidade de Fortaleza. ¹

¹ União de Moradia Popular- UNMP, Movimento dos Conselhos Populares- MCP, que recentemente têm trabalhado a pauta das remoções dos mega eventos - a exemplo da Copa 2014- além de ocupações espontâneas em terrenos vazios que não possuem um movimento diretamente envolvido, mas com cidadãos que sofrendo a pressão do capital e a segregação social que o não atendimento ao direito à cidade impõe se organizam e tentam garantir o direito a moradia digna e de qualidade.

Dentro das teorias estudadas podemos afirmar que o MLB contraria as teorias de Riesman e Adorno, que defendem a teoria da desmobilização, afirmando que a sociedade capitalista formou homens individualistas e narcisistas sendo estes incapazes de uma ação coletiva. Por outro lado também não se encontra com a teoria dos novos movimentos sociais defendida pela estudiosa Gonh, que afirma que os “novos movimentos sociais” perderam seu caráter de classe, sendo organizados por um ideário comum, que não só se caracterizam pela questão econômica, mais também pela questão cultural, etna etc. Assim o MLB pode ser classificado enquanto um movimento que ainda defende a mudança do sistema econômico, prevista por Marx há séculos passado, mas com suas especificidades e adaptado as mudanças que o sistema capitalista impôs a todos os trabalhadores do século XXI.

Gonh (2008) classificaria FBFF, dentro da categoria dos movimentos identitários, movimentos que lutam por melhores condições de vida e de trabalho, pelo o acesso a moradia, alimentação, educação, saúde etc, assim como a Central de Movimentos Populares- CMP. Nesse sentido observar os movimentos sociais enquanto uma dinâmica participativa que possui qualidade e defeitos é de suma relevância para um estudo sem ferir os grandes teóricos.

Capítulo III – Avanços e conquistas dos movimentos sociais e populares de moradia de Fortaleza

A Constituição Federal de 1988 apresentou para a sociedade brasileira avanços substantivos em aspectos mais gerais, como a descentralização; a reafirmação dos direitos civis e políticos; a ampliação dos direitos sociais; e a democratização do Estado e de suas relações com a sociedade, sobretudo por meio da previsão de instrumentos de democracia direta, de mecanismos legislativos e jurídicos de participação, e de instituições participativas.

No contexto de redemocratização do país, a partir dos anos 1980 multiplicam-se diversos arranjos de políticas públicas, constituindo um cenário amplo e heterogêneo no contexto de redemocratização do país, a partir dos anos 1980 multiplicam-se diversos arranjos de políticas públicas, constituindo um cenário amplo e heterogêneo.

Assim dentro desse cenário amplo e heterogêneo e embora a Constituição Federal de 1988 reconhecer expressamente o direito à moradia enquanto direito social inserindo-o no Título referente aos direitos e garantias fundamentais, podemos dizer que na história da redemocratização as políticas públicas para o espaço urbano não chegaram a fazer parte de uma agenda mais firme do governo. Foram privilegiados os grandes imobiliários, enquanto que do outro lado eram formadas grandes ocupações em espaços periféricos; assim ocasionando e aumentando o grau de desigualdades sociais no que se refere ao espaço urbano, não só isso, causando à espacialização da pobreza, a precariedade ambiental, a informalidade e a periferização das famílias de baixa renda, que acontece até hoje e que esta intimamente associada à exclusão que o sistema capitalista impõe. Estes problemas vieram a ser motes de reivindicações de movimentos sociais desde os anos de 1930 na cidade de Fortaleza, como já citadas anteriormente através de inúmeras ocupações de espaços urbanos: Mucuripe (1933) , Lagamar (1933), Papouquinho (1950) etc.

Por este prisma da resistência e da luta pelos espaços da cidade, na tentativa de construir uma cidade de todos e para todos, podemos pontuar alguns avanços no que se refere às políticas de reforma urbana do país, uma dessas conquistas é o Estatuto das Cidades, que conquistado no ano de 2001, trabalha o Plano Diretor a partir da diretriz de em torno do princípio da função social da propriedade e da cidade, a participação social prevê um capítulo importante através de conferências, audiências, debates e consultas

públicas, essa participação é condição obrigatória para aprovação de gastos no orçamento público de algumas cidades.

A criação do Ministério das Cidades em 2003 foi um grande acontecimento no que se refere a (re) integração da questão urbana na agenda do governo federal e a partir dos programas urbanos e de capacitação do MCidades e de resoluções do ConCidades conjugaram-se esforços e incentivos para a elaboração de planos diretores municipais, com ênfase nos processos participativos, que ocorreram na maior parte dos casos, embora com variações significativas. Destaca-se a aprovação, em 2005, do marco regulatório do Sistema e Fundo de Habitação de Interesse Social que, nos moldes dos arranjos nas políticas sociais, exige a criação de conselhos municipais de habitação como condicionante para acesso aos recursos. Prova disso é a realização da Conferência das Cidades em quase todos os municípios do Ceará, nessa ação os prefeitos além de proporcionar espaços para instrumentalizar a democracia participativa, criam os Conselhos de Habitação Municipal e a partir daí iniciam um espaço de debate e criação coletiva em busca de políticas públicas voltadas para habitação e moradia da cidade. Contudo, não podemos afirmar que essa ação é regra, pois muitos administradores públicos realizam as conferências apenas para cumprir a lei.

As lutas municipais de rua, assim como em todo o Brasil na conjuntura - pós o mandato de esquerda do Lula em nível nacional e em nível municipal, mandato da Luizianne Lins- diminuíram significativamente. Muitas foram às lideranças “cooptadas” que “abandonaram” o cenário de luta e passaram a ser estado-governo, por outro lado os espaços institucionais também contribuíram fortemente para esse cenário, pois provocam a utopia no povo de que apenas as conquistas no campo institucional são satisfatórias. Contudo a partir desse cenário e observando os dois lados da moeda, podemos afirmar que foi possível pautar demandas importantes para a cidade a partir do olhar dos movimentos sociais, sendo possível abrir um espaço de dialogo e de feedback contínuo das ações públicas voltadas para moradia e habitação na cidade de Fortaleza. Por outro lado é importante ressaltar que na disputa política dos espaços, os movimentos sociais ainda necessitam ir as ruas e buscar as conquistas através da pressão de massa, exemplo foi recentemente (março de 2012) a votação da exclusão de algumas ZEIS- Zona Especiais de Interesse Social de Fortaleza, na qual os movimentos passaram dois anos em luta política para aprovação no Plano Diretor e “numa canetada” elas foram excluídas por interesses de empresários da construção civil local, sem consulta alguma ao Conselho de Habitação de Fortaleza.

Entretanto, para ressaltar que a luta da pressão em massa é necessária observamos que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no processo de mobilização, ainda existem movimentos que não perderam as raízes mobilizatórias. Lutando na rua e “à moda antiga”, realizando caminhadas, ocupações de terra e de órgãos públicos, manifestações dentre outras atividades mais massivas destacamos o MLB - Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas, na qual foi o único movimento de moradia de Fortaleza que teve seu residencial habitacional terminado em cem por cento, enquanto que outros residenciais pararam no meio da obra, ou sequer iniciaram as obras. Através da ocupação Dom Hélder Câmara, realizada em 2010 onde 150 famílias ocuparam um prédio público destinado a ser a sede da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza- Habitafor, a prefeitura agilizou a obra do Conjunto Habitacional destinado a famílias do MLB, pois em audiência judicial o juiz determinou que as famílias só saíssem do prédio para as suas casas e assim foi cumprido, após um ano e quatro meses de ocupação as famílias saíram do prédio direto para o conjunto habitacional Bárbara de Alencar II.

Contudo, apesar de pouca organização e luta de massas de parte dos movimentos sociais e de moradia de Fortaleza, o movimento popular têm arrancado algumas conquistas do poder público, não de forma satisfatória, pois hoje Fortaleza não possui uma política habitacional definida em longo prazo, todavia com todas as dificuldades Fortaleza conseguiu debater de forma coletiva e com participação popular o Plano Diretor Participativo, que prevê inúmeras ZEIS- Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza, propostas pelos os movimentos sociais e reivindicada há anos pela a população de baixa renda a exemplo da ZEIS do Lagamar, comunidade citada anteriormente. Debatidas nas audiências públicas do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, os movimentos sociais pautaram as ZEIS do Lagamar coletivamente que foi acolhida pelo poder público.

No que se refere à construção de casas, Fortaleza possuía (segundo a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza- HABITAFOR) em 2005 (83) oitenta e três mil residências, hoje em 2012 o déficit habitacional chega a (73) setenta e três mil, observando uma redução de (10) dez mil residências. Em relação ao novo Programa Habitacional de financiamento para população de baixa renda Minha Casa, Minha Vida afirma o site da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2012):

Fortaleza está no topo do ranking, entre as capitais brasileiras, no quesito execução de projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida. A capital cearense, de acordo com balanço do programa apresentado hoje (26), apresenta índice de 81%, enquanto a média das outras capitais é de 68%.

A Prefeitura de Fortaleza já entregou, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), três condomínios pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. São eles: Monte Líbano, no Mondubim, que beneficiou 256 famílias; Turmalina, a 120 famílias, no Vila Velha; e o Santo Agostinho, localizado na Barra do Ceará, proporcionando moradia digna a 232 famílias. Na próxima semana, será entregue o habitacional Independência, na Granja Lisboa, para 168 famílias. Já em setembro próximo, os conjuntos São Bernardo, com 80 moradias, localizado na Serrinha; São Domingos, composto por 120 apartamentos, no bairro Messejana; e Os Poetas, constituído de 8 residenciais, totalizando 1920 moradias; serão entregues. Até o fim deste ano, outros residenciais do Minha Casa, Minha Vida que estão em construção serão entregues à população de Fortaleza. Para alargar os benefícios prestados pelo programa aos beneficiários de baixa renda, a prefeita Luizianne Lins sancionou Lei de Isenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A ideia é fazer com que um maior número de empresas e profissionais sintam-se instigados a construir residenciais, através de tais isenções fiscais. Outra iniciativa da Prefeitura foi apresentar à Câmara Municipal projeto de Lei que desafeta imóveis de domínio público municipal para que neles sejam construídos condomínios do Minha Casa, Minha Vida para famílias carentes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012)

Vale lembrar que os benefícios citados no final da matéria, a exemplo de Lei de Isenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foi luta dos movimentos sociais, que organizados em rede no Núcleo de Habitação e Meio Ambiente de Fortaleza- NUHAB pautaram essa demanda no Conselho Municipal de Habitação e também nos espaços de debates promovidos pela Prefeitura acerca do assunto, pois várias famílias reclamavam da falta da contrapartida para aquisição da casa própria. Outra conquista nesse sentido, foi à distribuição de cotas no Programa Minha Casa, Minha Vida para as famílias organizadas nos movimentos sociais ativos de Fortaleza, cada movimento em debate com a própria Prefeitura reivindicaram suas cotas de acordo com a demanda apresentada através de cadastros. Prova de que a pressão popular e a organização social arrancam vitórias.

Quanto às áreas de risco, Fortaleza possuía (105) cento e cinco em 2008, hoje através de um trabalho conjunto entre a esfera estadual e municipal possui apenas (98) noventa e oito, merecendo destaque o Projeto de Revitalização do Rio Maranguapinho, área de risco antiga de Fortaleza que sozinha abrigava (05) mil famílias das (20) mil famílias residentes em áreas de risco em Fortaleza. A luta nessa comunidade era antiga, pois há mais de 20 anos essas famílias vivem o “terror” das consequências das fortes chuvas na cidade.

Nessa ótica vale ressaltar, que parte dessa política habitacional implementada atualmente em Fortaleza, foi fruto de anos de lutas, e debates promovidos por diversos movimentos sociais (desde os mais antigos, como a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza- FBFF que esse ano de 2012 completa 30 anos e acompanhou a formação de boa parte da cidade através de ocupações, ou dos mais recentes a exemplo do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB que só possui seis anos e já conquistou Conjunto Habitacional na cidade). Muitas foram às lutas dos movimentos sociais, seja de forma isolada ou em forma de rede para que se pensasse depois de anos uma política ou projeto para a comunidade Maranguapinho que há muito tempo se via abandonada pelas as gestões anteriores da cidade.

Nesse sentido os movimentos sociais de moradia da cidade de Fortaleza durante algum tempo conseguiram pautar a agenda do governo de acordo com os anseios da população, pois inúmeras eram as ações promovidas por todos os movimentos sociais de moradia no sentido de denunciar e propor políticas públicas de habitação para a cidade. No que se refere ao Plano Diretor foi uma luta intensa que durou um ano, desde os seminários de capacitação, a manifestações na porta da Prefeitura com direito a enfrentamento e suas adversidades. Exemplo de ações foram as visitas temáticas dos movimentos sociais as áreas de risco coletando dados, o que gerou um diagnóstico das necessidades das áreas de risco, outro exemplo foi a campanha do NUHAB, na qual construiu de forma coletiva o Seminário Plano Diretor Participativo para comunidades capacitando e insuflando a participação destas nas audiências públicas, sem contar a manifestação coletiva na Câmara dos Vereadores no dia da votação do Plano Diretor que contou com aproximadamente 500 (quinhentas pessoas) em torno de uma pauta comum, já debatida e definida nos seminários realizados pelos movimentos populares através da rede NUHAB.

No que tange aos espaços institucionais, apesar dos avanços não podemos deixar de relatar que estes avanços foram insuficientes, desde que tanto o Conselho Municipal de Habitação de Fortaleza e o Conselho Estadual das Cidades, é um conselho que pouco se reúne, e quando se reúne pouco debate os assuntos relevantes e referentes ao tema da moradia e habitação da cidade. Quanto ao Orçamento participativo, tivemos a nossa primeira experiência no ano de 2005, através do Programa de Governo da candidata vitoriosa do PT Luizianne Lins à prefeitura da cidade. Tendo como referência as experiências nacionais e estrangeiras deste tipo de instrumento de participação popular, os organizadores locais procuraram dar uma feição peculiar ao processo na cidade.

Segundo Barbalho (2008):

Os princípios norteadores do OP de Fortaleza são: 1. Deliberação Popular; 2. Autoregulação; Função Cidadã; Universalidade, autonomia e voluntariedade da participação; Co-gestão das políticas públicas; Controle social; Inclusão social e os segmentos sociais vulneráveis; Cidadania ativa; Assembléias territoriais. (BARBALHO, 2008)

Nesse sentido afirmar que a política habitacional de Fortaleza tem avançado, não é de todo falacioso, pois observamos os inúmeros avanços proporcionados pelo o estado através da pressão popular, contudo vale ressaltar que muito ainda se falta fazer para que possamos ter uma cidade igual de direitos para todos e todas livres de preconceitos raciais ou econômicos, assim os movimentos sociais de moradia de Fortaleza não podem se acomodar com apenas a luta institucional, que traz avanços, mas não resolvem algumas questões que só é possível avançar com a mobilização nas ruas, assim não devem se pautar apenas pela a agenda governamental, mas propor sua própria agenda na luta contra as injustiças.

Considerações Finais

A sociedade capitalista implantou seu modelo de vida, na qual privilegia o lucro e esquece a vida humana. É assim em todos os aspectos, e no direito a moradia e habitação não é diferente. De um lado os grandes empresários da construção civil ávidos por lucro e de outro a grande maioria da população, desprovida de todos os direitos fundamentais a uma vida digna. Para essa parte da população resta a possibilidade de se organizar e pressionar os governos a fim de terem seus direitos reconhecidos.

Nesse cenário os movimentos sociais assumem papel fundamental, organizando famílias através de um ideário em comum, trabalham a união, a solidariedade e a ideia de que unidos somos mais fortes do que um. Mesmo com algumas deformações políticas dos movimentos sociais defendidas por alguns teóricos e citadas ao longo do texto, não podemos desmerecer o papel que estes têm cumprido no exercício da democracia no Brasil, que proporcionam educação política para milhares de cidadãos ajudando-os a exercerem sua cidadania e tentando colocar em prática o slogan da democracia: “poder do povo”.

Assim podemos afirmar que a partir das contribuições desenvolvidas pelos diversos teóricos dos movimentos sociais, a exemplo de Ilse Schere, que lançou as características associadas aos movimentos sociais: o princípio de identidade construído coletivamente ou de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania; um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo e a existência de uma construção coletiva de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico dando subsídios para outros autores desenvolver suas teorias.

No que se refere às Teorias podemos destacar: Teoria da desmobilização - defendida por Riesman e Adorno, afirmam que a relação entre a estrutura da personalidade e da sociedade estava intrinsecamente ligada, assim a sociedade capitalista tinha produzido seres muito individualistas, narcisistas e voltadas para a auto satisfação, virando assim as costas para a política e a coletividade; a Teoria das novas demandas pós-material - defendida por Inglehart, lutavam por formas diretas de ação política e por mudanças paulatinas na sociedade, mudanças culturais e sociais, longe da revolução armada e da tomada do poder; a Teoria de Mobilização de Recursos – TMR- defendida por Mc Carthy e Zald - comparam os movimentos sociais com uma firma, que possuem normas, dividem tarefas, tem hierarquia interna, especializam membros e

captam recursos; a Teoria do Processo Político- TPP- defendida por Tilly - investe numa teoria de mobilização política, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais- TNMS – defendida por Alain Touraine – se alicerça numa teoria de mudança cultural e para finalizar a Teoria da Luta de Classes, onde Marx e Eric Hobsbawn apresentam e defendem a luta de classe organizada por trabalhadores na busca da transformação econômica da sociedade.

No contexto prático ressaltar a importância dos movimentos sociais na construção das políticas públicas e na educação política dos cidadãos contribuindo de forma significativa para a o avanço da democracia é fundamental, pois a partir deles podemos perceber inúmeras conquistas no meio político-institucional, a exemplo dos Movimentos de moradia e habitação de Fortaleza citados ao longo do texto e que, através de suas dinâmicas participativas conseguiram pautar e definir algumas políticas públicas importantes na cidade. Lembrando que muito ainda precisa avançar nesse aspecto.

Assim podemos concluir que através da organização dos movimentos sociais se avançou na participação, arrancou-se direitos e se continua acreditando numa vida mais digna e de qualidade, com direitos não apenas para uma classe privilegiada, mas para todos cidadãos brasileiros sem distinção de cor, raça, e prioritariamente a classe!

Nesse sentido, tendo em vista tais ações podemos considerar os movimentos sociais como um dos sinais mais eloquente de democracia participativa e de cidadania, além de se constituir um embrião de consciência em cada cidadão participante que, ao final, garante a força da soberania e da liberdade moral de uma nação. Assim os movimentos sociais e populares são instrumentos imprescindíveis na aplicação da democracia participativa de forma efetiva.

Referências Bibliográficas

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.
- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. São Paulo: Lua Nova, 2009, p.49 -86.
- ARÃO, Márcia Regina de Sousa, BARBALHO, Alexandre Almeida. **O orçamento participativo de Fortaleza: desafios à gestão democrática da cidade**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS, V. 23-26 agost.2011.
- AUYERO, Javier. Vidas e políticas das pessoas pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 126-164,set./dez. 2011.
- AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Revista Opinião Publica. Campinas, jun. 2008, vol.14, n.1, pp. 43-64. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762008000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=PT
- BARBALHO, Alexandre Almeida. Política e democracia culturais: a experiência do orçamento participativo em Fortaleza. In: ENCONTRO DA ULEPICC- UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLITICA, DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA.II.2008, Bauru.
- CANCIAN, Renato. **Ditadura militar** (1964- 1984) Breve histórico do regime militar. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação- UOL educação. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/historia-regime-militar.jhtm> Acesso em: 24 jul. 12, 11:02.
- DA REDAÇÃO. Casas populares na capital. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 mar.2008. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=954132>.
- FEDERAÇÃO DE BAIROS E FAVELAS DE FORTALEZA- FBFF. **Quem somos** Disponível em: <http://www.fbffce.org.br/index.php/quem-somos.html> .Acesso em: 23 julho,as 14h36.
- GONH, Maria da Glória. Abordagens teóricas nos estudos dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, p.429-435, set./dez.2008.
- HOBBSAWM, Eric. A crise do capitalismo e a importância atual de Marx. **Carta Maior**, São Paulo, 04 mar.2012. Acessado: 04 mar.2012, 14:14.
- J. CRAIG, JenKins, FORM, Willian. Social Movements and Social Change. In: **The Handbook of Political Sociology. States, Civil Societies and Globalization**.

Editores: Thomas Janowsky et. al. New York: Cambridge University Press, p. 331-349, 2005.

- KAUCHAKJE, Samira; ULTRAMARI, Clovis. Rede sociotécnica do direito a habitação e a configuração do espaço em Curitiba. **Cadernos Metrôpoles**, n.18, p.63-76, 2007.
- LIMA, Maria Gabriela Sá. **A efetividade do direito fundamental à moradia no contexto dos conflitos fundiários urbanos em Fortaleza**. 2009, 84f. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Ceará, 2009.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 18-51, set./dez. 2011.
- PERUZZOTTI, Enrique. **A política de accountability social na América Latina**. Tradução do original em espanhol de Daniela Mateus de Vasconcelos. Disponível em: http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/accountability_social1.pdf.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Fortaleza é a capital brasileira com maior número de projetos do Minha Casa, Minha Vida em execução**. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=18857&Itemid=78 . Acesso em: 28 jul.12, 18: 44.
- RIBEIRO, Antônio Carlos. **Inovações democráticas e controle público: o caso do conselho municipal de juventude da cidade de Belo Horizonte**. 2008, 61f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. Controle social e democracia. Belo Horizonte, UFMG, p.9-35, 2011.
- SILVA, Marcelo Kunrat. OLIVEIRA, Gerson de lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais : transito institucional ou e intersecção Estado e movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária do Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011.
- SILVA, Marcelo Kunrat. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abogadagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 156-179, jul/dez 2006.
- SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, N. 1, p. 2-9, jan. /abr.2010.